

AS IDÉIAS EUGÊNICAS NO BRASIL: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras

Vanderlei Sebastião de Souza

Doutor em História das Ciências - Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar o discurso eugênico no Brasil, destacando o modo como essas idéias mobilizaram setores importantes da elite intelectual do país nas primeiras décadas do século XX. Considerando que a eugenia brasileira deve ser vista como um interessante caso de relação entre ciência e ideologia social, procuro compreender que arranjos científico, político e institucional fundamentaram o movimento eugênico, quais foram e o que pensavam os intelectuais, cientistas e autoridades públicas que promoveram esse debate no Brasil. Meu interesse é demonstrar que os adeptos da eugenia se organizaram como um movimento que procurou articular ciência, raça e nação com vistas à formação de projetos de reforma da sociedade brasileira e de construção nacional.

PALAVRAS-CHAVE: história da eugenia, raça, nação.

ABSTRACT: This paper analyzes how the discussions about the eugenic ideas mobilized important sectors of the Brazilian intellectual elite in the early twentieth century. Whereas the eugenics in Brazil is an interesting case of relation between science and social ideology, seeks to understand what arrangements scientific, political and institutional supported the eugenics movement and how thought the intellectuals and scientists who promoted this debate in Brazil. My interest is to demonstrate that the follower of eugenics were organized as a movement that sought to articulate science, race and nation to think the formation of projects for reform of Brazilian society.

KEY-WORDS: history of eugenics; race, nation.

Em sintonia com as teorias biológicas e o cenário social que emergia na Europa no último quartel do século XIX, o cientista britânico Francis Galton empregou a palavra *eugenia*, em 1883, para definir a ciência da hereditariedade humana.¹ Suas idéias sobre o aperfeiçoamento das características raciais se associariam intimamente às discussões sobre evolução e degeneração, progresso e civilização, conceitos fundamentais na formulação de concepções científicas e sociais na passagem do século XIX para o XX. De

¹ Apesar do termo “eugenia” ter sido cunhado em 1883, Nancy Stepan explica que o livro *Hereditary Genius*, publicado por Francis Galton em 1969, é ainda hoje considerado o texto seminal sobre a formação das idéias eugênicas (STEPAN, 1991: 3). Sobre a trajetória de Francis Galton, ver também Kevles, 1985: 9-13.

maneira geral, pode-se dizer que a eugenia foi um movimento científico e social que se relacionava ao debate sobre raça, gênero, saúde, sexualidade e nacionalismo, apresentando-se freqüentemente como um projeto biológico de regeneração racial.

Apesar de historicamente relacionada à política nazista alemã e às atrocidades que levaram ao holocausto, as idéias eugênicas foram inicialmente formuladas por intelectuais e cientistas ingleses e norte-americanos, entre os quais se destacavam Francis Galton, Karl Pearson, Charles Davenport e Madison Grant. Esse endosso à eugenia ficava explícito na ampla audiência que recebeu durante o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres, em 1912, bem como nos congressos de 1921 e 1932, ambos realizados em Nova York. Os principais trabalhos sobre eugenia, além da própria propaganda empreendida por meio de panfletos e artigos de jornais e revistas de grande circulação, foram publicados especialmente nas décadas de 1910 e 1920, estimuladas pelo contexto de expansão do racismo científico, do debate sobre imigração, da emergência dos estudos sobre “cruzamentos raciais” e da implantação das leis de esterilização eugênica.² Via de regra, esse contexto possibilitou a formulação de um modelo de eugenia fortemente baseado no racismo científico, cujas concepções apontavam a miscigenação racial como o grande responsável pela suposta degeneração biológica e social que estaria em curso (KEVLES, 1985; WAILLO, 1997; BLACK, 2003; STERN, 2005).

Na América Latina, segundo a historiadora Nancy Stepan, diferentemente da eugenia “negativa” que emergiu em países da Europa do Norte e nos Estados Unidos, o movimento eugênico se caracterizou pela produção de idéias e práticas mais “suaves”, menos preocupadas com as questões biológicas do que com os problemas sociais e do meio. Stepan aponta que a eugenia latino-americana foi fundamentalmente marcada pela influência da biologia francesa neolamarckiana, que postulava a herança dos caracteres adquiridos em contraposição ao ferrenho darwinismo social que grassava desde final do século XIX. Por esse motivo, explica Nancy Stepan, a história da eugenia na América Latina teria se caracterizado por um tipo especial de conhecimento científico e social produzido e conformado pelas variáveis políticas, históricas e culturais peculiares desta região (STEPAN, 1991: 4). Ao invés da eugenia “negativa”, que incentivava medidas radicais como

² Os Estados Unidos foram pioneiros na divulgação e implantação de medidas eugênicas. Como se sabe, as primeiras leis de esterilização surgiram nos Estados Unidos em 1907, muitos anos antes da eugenia nazista entrar em vigor na Alemanha, a partir de 1933. No final dos anos 1920, a esterilização involuntária já havia sido aprovada em pelo menos 24 Estados norte-americanos, sendo que a maioria das esterilizações foi aplicada em indivíduos pobres, negros e doentes mentais. No total, mais de 70 mil indivíduos foram involuntariamente esterilizados nos Estados Unidos até os anos 1940. Na Europa, esta medida foi introduzida no final da década de 1920, sobretudo nos países nórdicos como a Suécia, Dinamarca e Alemanha (KEVLES, 1985; STEPAN, 1991; BLACK, 2004; STERN, 2005).

a esterilização eugênica e controle matrimonial, os eugenistas latino-americanos teriam incentivado o desenvolvimento de uma eugenia “preventiva”, apostando em projetos de reforma social para melhorar as características de sua população.

No Brasil, conforme escreveu o eugenista britânico E. Trousion, em 1931, a palavra eugenia seria empregada de forma menos restritiva: “conflitos familiares, educação sexual e exames e atestados pré-nupciais parecem ser os assuntos que mais interessam aos eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas. A abordagem é mais sociológica que biológica” (apud STEPAN, 2004: 345), concluía Trousion. Em outras palavras, o movimento eugênico brasileiro consideraria os fatores sociais e ambientais como imprescindíveis para o aperfeiçoamento da hereditariedade humana. Segundo Nancy Stepan, cientificamente a eugenia no Brasil referia-se à genética neolamarckiana em oposição à mendeliana, enquanto que ideologicamente dizia respeito à raça (idem, 361), confirmando que a questão racial também esteve envolvida neste cenário. O debate sobre raça, aliás, funcionava como um pano de fundo pelo qual parte dos eugenistas brasileiros expressava suas ideologias raciais, seu nacionalismo e seus desejos progressistas e civilizadores.

Assim, considerando a eugenia brasileira como um interessante estudo de ciência e ideologia social, o objetivo deste trabalho é analisar de que maneira a discussão sobre eugenia foi introduzida no Brasil, bem como entender com quais idéias e argumentos trabalhavam os protagonistas da eugenia brasileira. Procuro compreender que arranjos científico, social e institucional fundamentaram o movimento eugênico, quais foram e o que pensavam os intelectuais e cientistas que promoveram esse debate no Brasil do período entre-guerras. De outro lado, tendo em vista que a produção do conhecimento científico deve ser interpretada como reflexo de um momento histórico e cultural mais amplo, meu interesse consiste em perceber de que maneira o universo social, político e cultura sustentou e lançou um papel crucial no processo de formação das idéias eugênicas no Brasil. Conforme explica o historiador Steven Shapin, captar a ciência em sua situação histórica e sociológica consiste em entender mais a fundo as práticas sociais concretas e “em expor a elaboração e a posse do conhecimento como processos sociais” (SHAPIN, 1999: 30).

O cenário brasileiro nas primeiras décadas do século XX

Para compreender o cenário em que emergiu o movimento eugênico no Brasil é necessário levar em consideração o debate que mobilizou os intelectuais em torno da

questão racial, do péssimo estado de saneamento, a miséria e o analfabetismo que atingia boa parte da população. Vale lembrar que no início do século XX, em virtude do grande número de negros recém saídos do sistema escravista, da presença de uma grande parcela de mestiços e indígenas, bem como do clima tropical e da pobreza que se espalhava pelo território nacional, o Brasil emergia aos olhos do mundo como um imenso contingente de homens incapazes e degenerados. Para muitos intelectuais estrangeiros, e mesmo para as elites nacionais e alguns eminentes intelectuais, o Brasil se apresentava como uma nação marcada pela inferioridade racial, pelo atraso econômico e político e pela falta de civilidade do seu povo. Contudo, esse discurso se apresentava invariavelmente de forma paradoxal, pois ao mesmo tempo em que endossava a ideologia da inferioridade mestiça, preconizava também a miscigenação como meio de absorção das “raças” consideradas “inferiores”, conforme anunciava a tão propalada teoria do branqueamento (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 2001).

Durante as primeiras décadas do século XX, apesar da divergência quanto ao futuro racial brasileiro, o país parecia entrar numa era de profundas mudanças políticas e sociais. De um lado, a industrialização, a imigração e a urbanização das principais cidades pintavam um novo cenário para o Brasil; por outro, os efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial causavam grande impacto nas elites política e intelectual brasileiras, forçando-as a voltar seus olhos para dentro do seu próprio país. Neste momento, grande parte da *intelligentsia* brasileira procurava construir um discurso menos pessimista sobre futuro da nação. O desejo de retirar o Brasil do propalado atraso civilizacional conduziu um intenso debate sobre as características do país, o que possibilitou formular algumas das mais originais e bem estabelecidas idéias sobre o Brasil e a identidade nacional. Neste período, segundo Sérgio Carrara, “os cientistas brasileiros tentavam tornar possível, ou pelo menos concebível, o reposicionamento de seu país e deles próprios no então chamado *concerto das nações*” (CARRARA, 2004: 430). Conforme destacou o historiador inglês Eric Hobsbawm, esse período entre as duas guerras mundiais pode ser caracterizado pela expansão do nacionalismo em várias partes do mundo, especialmente de um discurso nacionalista que associava à idéia de raça enquanto um importante elemento de construção das nacionalidades (HOBSBAWM, 1998).

A partir do final da década de 1910, portanto, um “novo” Brasil começava a ser revelado por intelectuais e homens de ciências do país. As expedições científicas realizadas durante a Primeira República a diferentes regiões do território nacional, por exemplo, começavam a questionar o argumento de que as origens dos problemas brasileiros estariam

relacionadas ao clima e à formação racial do país. Para a maioria dos cientistas e viajantes que entravam em contato com a população do interior, ficava evidente que o grande “mal” da nação estava associado ao grande número de doenças, à falta de educação, à inadequada alimentação e ao abandono no qual essa população estava submetida (LIMA, 1999). Neste mesmo período, uma série de artigos seria publicada na imprensa paulista e carioca divulgando a precariedade sanitária e de saúde da maioria da população do interior. O médico e sanitarista Belisário Penna, um dos principais líderes do movimento em prol do saneamento do Brasil, denunciava que os “dilemas nacionais” não seriam resolvidos enquanto as autoridades públicas nada fizessem para combater as endemias e epidemias que assolavam a população. Essas campanhas pelo saneamento teriam uma ampla repercussão no meio médico, político e intelectual brasileiro, convertendo importantes intelectuais ao credo sanitarista, como Monteiro Lobato, Alberto Torres, Arthur Neiva, Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto e Gilberto Freyre (HOCHMAN, 1998: 72).

Do mesmo modo, os avanços nas pesquisas biomédicas, que vinham permitindo a produção de vacinas e terapêuticas contra doenças endêmicas e epidêmicas, contribuiriam para reforçar a percepção das autoridades públicas sobre as possibilidades que o conhecimento científico apresentava ao projeto de reforma social. Talvez o exemplo de maior recorrência para ilustrar esse momento da história da ciência e da saúde pública no Brasil seja mesmo a afirmação de Monteiro Lobato: “o jeca não é assim, está assim” (LOBATO, 1964 [1918]). Pronunciada em 1918, essa sentença se tornaria célebre entre os brasileiros, uma vez que em anos anteriores o próprio escritor paulista havia estigmatizado o homem do interior como “inferior e parasitário”, um ser “incapaz de progresso e civilização” (LOBATO, 1957 [1914]). Para Lobato, os novos recursos produzidos pela ciência médica poderiam, agora, “curar as terríveis endemias que depauperam o sangue, caquetizam o corpo e atrofiam o espírito” do homem do interior, transformando-o num ser eugênico e pronto para a civilização. A afirmação do escritor paulista expressava o alívio de parte significativa das elites brasileiras, pois agora a ciência, através das práticas higiênicas e da medicina moderna, indicava que o Brasil não estaria condenado à eterna inferioridade (HOCHMAN & LIMA, 1996: 23).

A emergência do movimento eugênico no Brasil

Foi neste contexto que emergiu no Brasil as discussões sobre eugenia. De acordo com médico e eugenista Renato Kehl, os primeiros trabalhos sobre eugenia apareceram em

pequenos artigos de Erasmo Braga, João Ribeiro e Horácio de Carvalho. O termo “eugenia”, por sua vez, ao contrário de “eugenica” ou “eugenésia”, como empregavam alguns intelectuais brasileiros, teria sido firmado no Brasil pelo escritor João Ribeiro, que assim o teria traduzido (KEHL, 1933: 24). O primeiro trabalho a abordar de forma mais ampla os pressupostos eugênicos apareceria em 1914, numa tese intitulada “Eugenia”, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pelo jovem estudante Alexandre Tepedino. O trabalho seria orientado pelo influente médico e professor Miguel Couto, uma das principais autoridades no interior da comunidade médica e intelectual brasileira (KEHL, idem: 23-24).

Apesar desses primeiros trabalhos, destacava Renato Kehl anos mais tarde, “parece que a questão não lograra interessar os nossos homens de ciência, os nossos jornalistas e estudiosos. A doutrina teria, talvez, sido mal compreendida”. Mas enfim, continuava o eugenista, chegaria, afinal, “o dia de iniciarmos a nossa propaganda”, se referindo a um movimento intelectual que partia do estado de São Paulo e que teria o próprio Renato Kehl como principal representante (KEHL, idem: 25).

No final dos anos 1910, a hora e a vez da eugenia parecia ter chegado. Em 1917, o jovem médico e farmacêutico Renato Kehl, que se transformaria no principal propagandista da eugenia no Brasil e na América Latina, iniciaria uma grande campanha de divulgação da eugenia no intelectual do país. Seu primeiro trabalho, uma conferência pronunciada em São Paulo na Associação Cristã de Moços, foi publicado na íntegra pelo Jornal do Comércio e divulgada em periódicos médicos e revistas literárias (KEHL, 1931a: 3). Neste artigo, conforme explica o autor: “estudamos a hereditariedade como fundamento da ciência de Galton, os fatores disgênicos, a doutrina de Malthus, o direito relativamente a Eugenia, concluindo num apelo aos estudiosos para a divulgação e prática das idéias e preceitos eugênicos no nosso país, para a melhoria progressiva da nacionalidade brasileira” (KEHL, 1933: 25).

A entusiasmada propaganda de Kehl e outros adeptos da eugenia teria impacto imediato entre um grupo de médicos, higienistas e educadores. Ainda em 1917, Renato Kehl organizaria um encontro com um grupo de intelectuais influentes da capital paulista para discutir a proposta de criação de uma instituição responsável pela propaganda eugênica no Brasil. Em janeiro de 1918, após a mobilização de Renato Kehl e os esforços de um grupo de médicos de São Paulo e Rio de Janeiro, seria fundada a Sociedade Eugênica de São

Paulo (SESP), a primeira sociedade de eugenia da América Latina.³ A instituição conseguiria reunir 140 membros, dos quais faziam parte os principais médicos e intelectuais como Arnaldo Vieira de Carvalho, Alfredo Ellis, Belisário Penna, Vital Brazil, Arthur Neiva, Luis Pereira Barreto, Vital Brazil, Antonio Austregésilo, Fernando de Azevedo, Juliano Moreira, Afrânio Peixoto, entre outros (KEHL, 1931b: 3).

Os esforços em prol da eugenia no Brasil surtiriam efeitos imediatos. Além da publicação dos “Annaes de Eugenia” - lançado em 1919 pela Editora da Revista do Brasil, de propriedade de Monteiro Lobato -, “pelos jornais e revistas continuaram a aparecer trabalhos sobre eugenia; foram publicados alguns livros e defendidas várias teses nas Faculdades de Medicina do país”, lembrava Renato Kehl anos mais tarde (KEHL, 1933: 30). Porém, devido à morte de Arnaldo Vieira de Carvalho, co-fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, bem como à mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro, onde passaria a atuar no Serviço de Saúde Pública da Capital Federal, a instituição perderia a vitalidade que havia marcado seus dois primeiros anos de existência. O movimento eugênico se deslocaria, a partir de então, para o Rio de Janeiro, onde ganharia novo fôlego nos anos que se seguiram (SOUZA, 2006).

Durante os anos 1920, a eugenia passou a despertar interesse não apenas de médicos, sanitaristas e educadores, mas também de setores da elite brasileira preocupada com a regeneração do “homem brasileiro”. O discurso eugênico emergia em meio crescente nacionalismo que estimulava grande parte da intelectualidade a entender a realidade brasileira por ela própria (STEPAN, 2004: 335). A elite local, convencida do poder da ciência em estabelecer uma nova ordem ao mundo, entendia que a eugenia poderia desempenhar um papel importante na formação da nacionalidade brasileira, orientando o Brasil a seguir o trilho do progresso e do tão almejado processo civilizador. Aliás, a idéia de que a eugenia era um instrumento do processo civilizador era consenso no Brasil, já que sua atuação previa uma ampla reforma social, principalmente nos valores estéticos, nos hábitos higiênicos, na conduta pública, na educação intelectual e nos valores morais ligados a sexualidade (SOUZA, 2006).

Neste sentido, como explica Nancy Stepan, a “eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como ‘sinal’ de modernidade cultural”

³ A Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), considerada por seus membros como uma associação científica de estudos e propaganda sobre o fortalecimento físico e moral da população brasileira, realizou várias reuniões para discutir o código civil brasileiro, principalmente em relação à legislação matrimonial e à obrigatoriedade do exame pré-nupcial, além de discussões sobre e alcoolismo, doenças venéreas, tuberculose e outros problemas relacionados à hereditariedade, questão racial e às condições higiênicas, sanitárias e ambientais da população brasileira. Os discursos, conferências e trabalhos realizados pela sociedade foram publicados, em 1919, nos “Annaes de Eugenia” (sobre a SESP, ver SOUZA, 2006).

(idem: 337). Para Renato Kehl, por exemplo, a eugenia representava muito mais que sinal de modernidade. Como um nacionalista de primeira hora, e acima de tudo um cientificista, o jovem eugenista afirmava em 1920 que a eugenia era “mais que ciência, é religião, religião da saúde, do corpo e do espírito – a verdadeira religião da humanidade” (KEHL, 1920: 29).

Eugenia, saneamento e neolamarckismo

Os primeiros passos do movimento eugênico se confundiam, de maneira geral, com o discurso médico-sanitarista. Além dos *Annaes de Eugenia*, cujo conteúdo era amplamente dirigido às questões sanitárias e do meio social, as primeiras obras sobre eugenia estavam intimamente associadas ao ideário proposto pelo movimento sanitaria. Em 1918, por exemplo, Monteiro Lobato publicaria, em conjunto com a Sociedade Eugênica de São Paulo, o livro *O problema Vital*, sua primeira obra sobre saneamento e eugenia. Do mesmo modo, ainda em 1920, Belisário Penna escreveria *O Exército e o Saneamento*, um importante livro em prol da divulgação da eugenia no Brasil. Deste modo, como argumenta a historiadora Nancy Stepan, “estrutural e cientificamente, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ramo da higiene” (STEPAN, idem: 348).

O que possibilitava a união entre a eugenia e as idéias higiênico-sanitárias, quando não a sua inconfundível associação, foi o fundo neolamarckista e sua convicção na transmissão dos caracteres adquiridos.⁴ Do mesmo modo, os eugenistas brasileiros valeram-se também de uma certa tradição ambientalista que desde o século XIX já contagiava o pensamento social e científico nacional (MAIO, 2004). Em linhas gerais, os eugenistas entendiam que o ponto de partida de seus estudos deveria iniciar com as questões relativas às influências do meio sobre a saúde e a “raça nacional”, já que a eugenia deveria prestar-se ao aprimoramento do meio.

No Brasil, como argumentava Renato Kehl em 1920, “a preocupação máxima” deveria ser “sanear e eugenizar”, uma vez que o país estaria “completamente infestado por inúmeras endemias como a paludica, a moléstia de Chagas, helmithoses, a syphilis, o trachoma, acarretando a degeneração rápida de nosso povo” (KEHL, 1920: 5). Por sua vez, o médico e eugenista Olegário de Moura argumentava, ainda nos anos 1910, que o

⁴ Em linhas gerais, segundo Nancy Stepan, o lamarckismo propunha uma evolução impulsionada por uma lenta e intencional adaptação ao meio ambiente. Mesmo após a publicação de “A origem das espécies”, por Charles Darwin, Lamarck continuou sendo aclamado como o “pai” da evolução. O lamarckismo, que era de início uma teoria geral do século XIX, transformou-se ele mesmo em um “neolamarckismo”, passando a significar uma teoria particular sobre o funcionamento da hereditariedade (STEPAN, 1991: 66-70).

saneamento seria a mesma coisa que eugenia: “sanear é eugenizar”, e completava, “saneamento-eugenia é ordem e progresso” (MOURA, 1919: 89). Compartilhando deste ideal, Belisário Penna destacava que o saneamento, a higiene e a medicina social constituíam os alicerces da eugenia, sem os quais ela não poderia ser praticada senão de modo deficiente em âmbito muito limitado (PENNA, 1929: 2).

Deste modo, inspirados nas orientações neolamarckistas, os eugenistas entendiam que as doenças venéreas, a tuberculose, o alcoolismo, a nicotina e outras drogas e infecções - os chamados “venenos raciais” – poderiam degenerar a prole de pais portadores destes “males”. O alcoolismo, por exemplo, considerado o grande “inimigo da raça”, era visto pelo médico, escritor e higienista Afrânio Peixoto como uma das principais causas da degeneração racial. Para ele, os filhos de alcoólatras nasciam “defeituosos” e predisposto, desde a infância, à várias doenças, à loucura, à delinqüência e à criminalidade (apud STEPAN, 2004: 350).

A aproximação da eugenia com o ideário sanitarista possuía uma clara posição política de introdução da eugenia no cenário intelectual brasileiro. De maneira geral, esse discurso atraía não somente a atenção dos sanitaristas para movimento eugênico, mas também de setores reformistas ligados às elites nacionais. Como afirmava Renato Kehl, “o programa traçado pela eugenia é pois racional e executável – o seu ponto de partida é o saneamento. Portanto os eugenistas para alcançarem os seus desígnios têm de se iniciarem com Belisario Penna” (KEHL, 1919). O conselho de Kehl para que os eugenistas se aproximassem de um dos principais líderes do movimento sanitarista, não deixa dúvida quanto às intenções políticas do discurso eugênico. Como o debate intelectual e político acerca das questões sanitárias e da saúde pública tinham conquistado a imprensa, a opinião pública e próprio governo, é possível afirmar que os intelectuais ligados ao discurso eugênico pegaram uma carona do movimento sanitarista com objetivo de conquistar força em prol da divulgação e da institucionalização da eugenia no Brasil.

Portanto, a ligação da eugenia com o ideário sanitarista e com a biologia neolamarckista não é fortuita, visto as possibilidades científicas e políticas que essa associação apresentava para ambos. A recorrência à agenda sanitarista derivava em grande medida dos benefícios que as práticas higiênicas apresentavam aos intelectuais brasileiros para reformar o ambiente social e enfrentar os graves problemas sanitários e de saúde da nação. Como o neolamarckismo postulava que os caracteres adquiridos poderiam ser transmitidos às futuras gerações (concepção corrente no início do século XX), os eugenistas acreditavam que o alcoolismo, as doenças venéreas (em especial a sífilis), a

promiscuidade sexual, entre outros “males sociais”, eram considerados verdadeiros “venenos raciais”. Como acreditava Afrânio Peixoto, esses “males” tendiam a degenerar as proles futuras de forma avassaladora, prejudicando a formação da nacionalidade e do progresso do país. Do mesmo modo, o médico Amadeu Amaral já chamava a atenção no início da década de 20 sobre as “criaturinhas” que vinham ao mundo como uma “sementeira de atrocidade”: cegueira, surdez, vícios, maldades, “todos os legados orgânicos do pai avariado ou alcoólatra, da mãe nevropata ou tuberculosa” (apud LUCA, 1999: 226).

Apesar de afinada com o ideário sanitarista e as preocupações com a reforma do meio social, a eugenia reintroduzia no cenário intelectual brasileiro as discussões sobre a questão racial e o racismo biológico. Segundo Nancy Stepan, o surgimento da eugenia brasileira também foi condicionado pela situação racial do país, nação racialmente híbrida, fruto da miscigenação entre africanos, indígenas e europeus (STEPAN, 2004: 338). Deste modo, tendo em vista que as questões raciais sempre constituíram um quadro controverso da formação antropológica brasileira, é possível sugerir que a convergência da eugenia no Brasil esteve condicionada pelas ideologias raciais que aqui se desenvolveram desde o século XIX, sendo reinseridas pela eugenia a partir de 1920 sob novos termos e concepções. De maneira geral, esse modelo de eugenia agradava especialmente aqueles que viam na questão racial o principal problema do país.

Deste modo, como a eugenia dos anos 1910 e 1920 se confundia com as idéias sanitaristas, sempre que os eugenistas falavam em regeneração racial, utilizavam termos como “limpeza racial”, “saneamento racial” ou “higiene racial”. Segundo o historiador José Roberto Franco Reis, o uso do termo “raça” entre os intelectuais brasileiros sempre sofreu um certo “transbordamento semântico” que, segundo o autor, decorria da influência que sofriam das concepções biológicas neolamarckistas. Essa tradição de pensamento científico e social levava os brasileiros “a crer na idéia de uma raça formada artificialmente ou historicamente, produto de uma interação singular entre o meio físico, a raça e as condições sociais/culturais” (REIS, 1999: 46).

Como a historiografia tem apontado, a discussão sobre raça sempre esteve no cerne da questão eugênica brasileira, assim como higiene, saneamento, gênero e nação (STEPAN, 1991; REIS, 1999; SOUZA, 2006). Devido às diversas possibilidades que a eugenia oferecia, principalmente durante a década de 1920 e 1930, ela se associou também aos interesses da psiquiatria. Isso ocorreu em grande medida porque os problemas sociais como a criminalidade, delinqüência, prostituição e doenças mentais eram cada vez mais associadas ao patrimônio hereditário dos indivíduos, o que levava médicos e psiquiatras a

vislumbrar um importante papel que a eugenia poderia desempenhar para regenerar a saúde mental da população brasileira. Neste sentido, em 1922, quando Gustavo Reidel, juntamente com Miguel Couto, Juliano Moreira e Ernani Lopes, e outros, fundaram a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), o ideário científico da eugenia foi assumido como discurso fundamental da psiquiatria (REIS, 1994).

Os principais assuntos eugênicos que entusiasmaram a LBHM se relacionavam às discussões sobre raça, imigração, higiene mental, alcoolismo, mestiçagem, crime, delinqüência e prostituição. O fundo teórico destas discussões era marcado pela biologia neolamarckista, como aparecia no relatório de Gustavo Reidel sobre os trabalhos da LBHM em 1924, no qual argumentava que a aspiração da instituição visava “tão somente o aperfeiçoamento da nossa raça, prevenindo os fatores de degeneração pela luta contra a syphilis, a tuberculose etc. e realizando a medicina social contra os tóxicos” (apud REIS, 1999: 21).

O discurso eugênico no final dos anos 20

A íntima associação dos ideais eugênicos com o sanitarismo, a educação e a psiquiatria foram bastante relevantes para a divulgação da eugenia no cenário nacional. No final da década de 1920, muitos trabalhos sobre eugenia já haviam sido publicados e, apesar da maioria dos intelectuais ligados à eugenia, não se declararem propriamente como eugenistas, muitos participavam ativamente do movimento eugênico. Entre estes podem ser citados figuras importantes no meio médico brasileiro, como Miguel Couto, Afrânio Peixoto, Gustavo Reidel, Juliano Moreira, Belisário Penna, Henrique Roxo, Antonio Austregésilo. De certo modo, devido ao apelo que se fazia no país pela idéia da regeneração racial e da nacionalidade, a eugenia tornara-se um poderoso instrumento aos grupos que a empregavam em diferentes projetos de reforma social. Não à toa, a partir da metade da década de 1920 a palavra eugenia havia se transformado em referência obrigatória tanto para os intelectuais e cientistas ligados ao campo médico quanto para literatos, sociólogos e antropólogo. Referência à eugenia era possível encontrar com alguma freqüência na obra de pensadores sociais e intérpretes como Oliveira Vianna, Alfredo Ellis Jr., Mário de Andrade, Paulo Prado, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto e até mesmo em Gilberto Freyre (SOUZA, 2006).

O ano de 1929 foi sem dúvida fundamental para as pretensões do movimento eugênico brasileiro. Em janeiro deste mesmo ano, após ter publicado uma série de trabalho

sobre eugenia, Renato Kehl passaria a publicar mensalmente, sob sua propriedade e direção, o *Boletim de Eugenia*, o primeiro periódico nacional dedicado à divulgação das idéias eugênicas no Brasil.⁵ Segundo seu diretor, o *Boletim de Eugenia* “deseja auxiliar a campanha em prol da Eugenia entre os elementos cultos e entre os elementos que, embora de mediana cultura, desejam, também, orientar-se sobre o momentoso assunto”. Kehl ressaltava ainda que os propósitos do periódico prendiam-se aos estudos científicos da hereditariedade, descendência e evolução, “bem como as questões relativas às influências do meio, econômicas e sociais; está dentro de sua esfera investigar o papel representado pela educação, costumes, emigração, imigração, mestiçagem” (KEHL, 1929: 1). O *Boletim de Eugenia* foi acima de tudo uma forma de institucionalizar a discussão eugênica no Brasil, um antigo desejo de Renato Kehl. Do mesmo modo, o periódico também foi importante no processo de transformação do debate sobre a eugenia no Brasil, já que a partir do final da década de 1920 o foco se intensificaria ainda mais na questão racial, muito por força das discussões sobre imigração, branqueamento e os efeitos da miscigenação racial.

Esse novo momento da eugenia no Brasil se refletia na publicação do livro *Licções de Eugenia*, publicado por Renato Kehl em 1929.⁶ O livro, que posteriormente seria traduzido para o espanhol e o alemão, fundamentou o início de um discurso eugênico mais radical e racista que marcaria a trajetória deste autor, sendo acolhido com entusiasmo por setores da comunidade intelectual do país. Em resenha publicada no *jornal A Ordem*, o influente escritor Gustavo Barroso elogiava longamente a postura de Renato Kehl em sua cruzada eugênica contra os “cruzamentos raciais”, lembrando que “o mestiço é fraco, feio, inferior aos indivíduos puros que o formaram”. Segundo ele, *Licções de Eugenia* é um “livro de patriotismo e de ciência, livro necessário e imprescindível a todos que queiram estudar e conhecer nossos problemas (...). Obra de sábio homem de letras e benfeitor público” (BARROSO, 1929: 3).

Ainda em 1929, outro evento importante mobilizaria os adeptos da eugenia. Com o objetivo de comemorar o primeiro centenário da Academia Nacional de Medicina, seria realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. No anúncio que fizera sobre o evento, Miguel Couto já alertava, em sessão da Academia Nacional de Medicina, para o grave problema que a “questão racial” representava para o Brasil, chamando a atenção para

⁵ O *Boletim de Eugenia* circulou mensalmente no período de 1929 a 1931, sendo publicado posteriormente de forma trimestral no período de 1932 a 1933. O boletim publicava pequenos artigos dos intelectuais interessados nos assuntos referentes à eugenia, além do trabalho de eugenistas de outros países e da divulgação de informações sobre a eugenia no Brasil e no mundo (SOUZA, 2006).

⁶ Já em 1929, Renato Kehl havia publicado uma dezena de livros com assuntos relacionados à eugenia, higiene, raça e gênero, transformando-se no principal líder da eugenia na América Latina e sendo saudado inclusive na imprensa estrangeira (SOUZA, 2006).

a necessidade de ampliar a discussão eugênica não só entre os médicos, mas entre os sociólogos, educadores e todos os interessados no assunto (apud MACIEL, 1999: 63). O congresso recebeu apoio de vários setores da sociedade, principalmente da imprensa carioca, que divulgou notas elogiosas, lembrando que o congresso de eugenia era assentado de “grande relevo cívico, promovida e orientada por alguns dos mais brilhantes expoentes da nossa intelectualidade” (Jornal A Pátria, 1929). O congresso foi realizado no período de 1 a 7 de julho de 1929, no próprio prédio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha. O evento contou com a presença de mais de 200 congressistas, com trabalhos de intelectuais como Roquette-Pinto, Renato Kehl, Gustavo Riedel, Juliano Moreira, Fróes da Fonseca, Silva Araújo, Azevedo Amaral, entre outros. Também participaram do evento as delegações vindas do Chile, Peru e do Paraguai, deputados federais e representantes da elite nacional, jornalistas e autoridades de outras instituições.⁷

Vários temas seriam discutidos durante o congresso, principalmente as questões relativas à regeneração racial, imigração, higiene mental, doenças venéreas e alcoolismo, leis matrimoniais como o exame pré-nupcial⁸ e até mesmo questões relativas à esterilização eugênica. Uma das discussões que mais polêmica gerou foi mesmo o debate em torno dos fundamentos científicos da eugenia, como o debate entre neolamarckistas e mendelianos, indicando os novos rumos que o movimento eugênico brasileiro seguiria nos anos seguintes.

Lamarckismo e mendelismo em disputa

Em grande medida é possível dizer que a eugenia no Brasil foi cientificamente “ecclética”. Segundo Luzia Aurélio Castañeda, o terreno movediço sobre o qual a eugenia foi gestada era formado por concepções diversas como o lamarckismo, o darwinismo, weismannismo, a biometria e o mendelismo (CASTAÑEDA, 1998: 29). Apesar do próprio Francis Galton, o fundador da eugenia, já haver refutado a teoria lamarckista, este teria sido o paradigma científico que mais fascínio exerceu sobre o movimento eugênico no Brasil, conforme defendeu a historiadora Nancy Stepan (2004).

A partir do final da década de 1920, no entanto, as concepções lamarckistas seriam questionadas por lideranças do movimento eugênico. Já na conferência de abertura do

⁷ Um resumo das Atas do congresso foi publicada no *Boletim de Eugenia*, agosto de 1929, v.1, nº 8. Ver também o volume das “Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”, publicado em 1929 sob a organização de Edgard Roquette-Pinto.

⁸ O exame pré-nupcial sempre foi uma das principais reivindicações do movimento eugênico brasileiro. Renato Kehl argumentava que o dia em que se tornar realidade a obrigatoriedade do exame pré-nupcial deveria “ser comemorado como uma das maiores datas nacionais. Será o legítimo ‘dia da raça’, solenizando a garantia dos lares, a regeneração e defesa da nacionalidade (...)”. (KEHL, 1926, s/p).

Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto, que também presidia o evento, elaborava uma enfática crítica contra o neolamarckismo. Segundo ele, “durante muito tempo, supôs-se que o meio dominara os organismos, portanto a medicina e a higiene resolveriam o problema da saúde, mas a ciência demonstrou haver alguma coisa que independe da higiene; é a semente, a herança, que depende da eugenia” (ROQUETTE-PINTO, 1929: 11). A contestação de Roquette-Pinto ao lamarckismo tinha como origem a sua adesão às novas concepções da genética mendeliana. As obras produzidas pelo antropólogo a partir dos anos 1920 já traziam referências à eugenia baseada em componentes da genética de Mendel, principalmente referências extraídas de biólogos, antropólogos e eugenistas norte-americanos e alemães, como Charles Davenport e Eugen Fischer (SOUZA, 2011: 210-248). Em linhas gerais, os eugenistas mendelianos postulavam que o material hereditário seguia leis independentes das influências do meio, sendo transmitido apenas de geração para geração por meio da célula germinal.

O discurso de Roquette-Pinto não seria recebido sem polêmicas, uma vez que tais argumentos desestruturavam as bases científicas que sustentavam o ideário neolamarckista defendido pela maioria dos participantes do congresso. O escritor e educador Levi Carneiro, por exemplo, argumentava em sua conferência que não poderia concordar com a refutação da hereditariedade neolamarckiana feita por eugenistas como Roquette-Pinto e Renato Kehl, pois colocava em dúvida a importância que a educação, o saneamento e o combate ao álcool e as doenças venéreas desempenhavam no aprimoramento racial. Do mesmo modo, o médico e psiquiatra Gustavo Reidel, explicava que a desordem social, o alcoolismo e as doenças mentais tinham um efeito hereditário direto sobre a prole, procurando justificar o programa eugênico desenvolvido pela Liga Brasileira de Higiene Mental, instituição que ele próprio ajudara fundar no início dos anos 1920 (apud SOUZA, 2006: 160-165).

Segundo Nancy Stepan, poucos eugenistas brasileiros conheciam a genética mendeliana, já que as pesquisas em genética moderna se restringiam a pequenos grupos de cientistas (STEPAN, 1991: 41-42). Ao contrário de Nancy Stepan, Souza (2006) demonstra que, especialmente a partir do final dos anos 1920, as teorias mendelianas eram recorrentes na obra de eugenistas como Renato Kehl, Roquette-Pinto, Octávio Domingues e Toledo de Pizza Júnior. Estes estavam em permanente diálogo com a eugenia norte-americana e alemã, cujas tradições científicas eram predominantemente ligadas ao mendelismo. Assim, pode-se questionar o argumento de Nancy Stepan segundo o qual a genética mendeliana foi teve pouca adesão dos eugenistas brasileiros. Ao mesmo tempo, ao contrário do que argumenta Stepan, a adesão a um ou outro modelo de explicação genética

não significou, no Brasil, a incorporação de uma eugenia menos ou mais radical. Entre os defensores de medidas mais extremadas, como veremos adiante, encontravam-se tanto eugenistas mendelianos quanto neolamarckistas.⁹

Entre os brasileiros, Octávio Domingues foi sem dúvida um dos principais defensores de uma eugenia mendeliana. Em artigo publicado em 1932, por exemplo, o professor da Escola Agrícola Luiz de Queiroz (Esalq), localizada no interior de São Paulo, chamava a atenção dos eugenistas argumentando: “o lamarckismo postulava que a ação continuada do meio, sobre os seres vivos, acaba por fazer nascer caracteres adaptativos neles, caracteres portanto, adquiridos e hereditários (...). Ora, não foi possível até hoje demonstrar-se que um carácter adquirido possa a vir a ser hereditário”. Para ele, a herança genética era imutável, sendo suas características transmitidas de geração para geração (DOMINGUES, 1932: 2).

A eugenia radical nos anos 30

O discurso eugênico brasileiro chegaria na década de 1930 com grande vigor, preparado para alçar vôos mais ousados através da eugenia “negativa” que vinha mobilizando o norte da Europa e os Estados Unidos. No contexto nacional, a Revolução de 1930 instalaria um ambiente político e ideológico que contribuiria para estimular a propaganda eugênica, devido especialmente à centralidade atribuída ao tema da imigração e da formação da nacionalidade. De outro lado, a nomeação de Belisário Penna por Getúlio Vargas para ocupar a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) foi visto pelos eugenistas como indicativo da aproximação do movimento eugênico com o Estado.

Com a institucionalização do movimento eugênico através do Boletim de Eugenia e da criação da Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), fundada em 1931 por Renato Kehl, Belisario Penna, Ernani Lopes, Porto Carrero, Gustavo Lessa e Octávio Domingues, os eugenistas pretendiam seguir os passos de outros movimentos eugênicos que vinham se organizando ao redor do mundo. De acordo com Renato Kehl, após acompanhar “o movimento mundial em torno dos problemas de regeneração eugênica do homem” e de ter mantido “intensa correspondência com as principais associações que existem na Europa e na América do Norte”, havia chegado à hora de criar umas “entidades científicas” voltadas para a “regeneração integral” da nacionalidade” (KEHL, 1931c: 2).

⁹ Apesar da centralidade que as controvérsias científicas assumiram no interior do movimento eugênico brasileiro, Souza (2006) explica que o ideário eugênico defendido pelos eugenistas dependia antes de tudo do engajamento político, da inserção institucional, das redes de relações e da maneira como concebiam o processo de reforma da sociedade brasileira.

Filiada a Federação Internacional das Associações Eugênicas, a CCBE tinha por modelo a Sociedade Alemã para a Higiene da Raça. O mesmo deveria acontecer com o futuro Instituto Brasileiro de Eugenia que Renato Kehl almejava fundar com o apoio do Governo Vargas (SOUZA, 2006: 172-174). A criação desse Instituto, aliás, era um dos principais projetos idealizados por Kehl ao longo dos anos 1930. Em 1939, dois anos após a instalação do Estado Novo - e no mesmo ano em que a política nazista para a “higiene racial” se intensificaria na Alemanha com o início da Segunda Guerra Mundial -, o eugenista brasileiro argumentava que era imprescindível que o governo começasse pensar na criação de um Instituto de Eugenia “nos moldes dos que existem na Alemanha, na Noruega e na Suécia”. Para Renato Kehl, era inconcebível pensar em soluções aos problemas nacionais “sem um programa de biologia humana, isto é, sem um programa eugênico” seriamente desenvolvido e controlado por um instituto científico (KEHL, 1939: 96-98).

Contudo, apesar da intensa propaganda realizada por Renato Kehl ao longo dos anos 1930, a criação do referido Instituto de Eugenia jamais viria a se concretizar. O insucesso de seu projeto estava em grande medida relacionado às críticas que começavam a ser formuladas no Brasil contra a eugenia nazista. Além disso, a ideologia oficial professada pelo Estado brasileiro era de valorização da mestiçagem e da formação antropológica do país, o que contrariava em muitos aspectos as pretensões de um tal instituto de eugenia.

Apesar disso, o governo Vargas também assumiu posições ambíguas no que diz respeito à questão racial, permitindo que os eugenistas se sentissem estimulados a formular um ideário mais radical de eugeniização do país. Além das campanhas em favor da seleção imigratória, também havia um debate mais amplo em torno da aprovação de leis sobre a obrigatoriedade do exame pré-nupcial e da implantação da educação eugênica nas escolas públicas, conforme estabelecia a constituição de 1934. Neste período, os eugenistas passaram a fazer seguidas campanhas até mesmo em favor da esterilização dos “inadequados”, conforme era possível observar nas páginas de periódicos como o Boletim de Eugenia, os Archivos da Liga Brasileira de Higiene Mental ou mesmo por intermédio da imprensa diária. O jornal O Globo, por exemplo, chegou inclusive a realizar um inquérito sobre esterilização eugênica, entrevistando médicos e intelectuais a propósito das leis de esterilização criadas pelo governo alemão em 1934, menos de um ano após a chegada dos nazistas ao poder (SOUZA, 2011, 310-312).

Utilizando como retórica um discurso extremamente nacionalista, o movimento eugênico procurava legitimar a eugenia associando-a inclusive ao sentimento de patriotismo

em voga durante o governo Vargas. “Quem ama o povo brasileiro deve nos ajudar na campanha em prol da eugenia”, falava o editorial do Boletim de Eugenia de julho de 1931. Mais do que nunca, os eugenistas procuravam convencer as autoridades nacionais da importância da política voltada às leis biológicas. Para Renato Kehl, por exemplo, não haveria solução para os “males sociais” fora das leis da biologia, lembrando que “não há política racional, independente dos princípios biológicos, capaz de trazer paz e felicidade aos povos. *Eis, por que, a política, por excelência, é a política biológica, a política com base na eugenia*” [grifo meu] (KEHL, 1933: 17-18). Tal discurso, como lembrou Michel Foucault (1997), pode ser remetido a um contexto mais amplo, no qual a política se transformava em biopolítica, e o povo em espécie, em raça. No caso de Renato Kehl, a defesa de uma política biológica estava sem dúvida ligada ao modo como o governo nazista alemão concebia a função política do Estado, que em última instância deveria proteger a suposta supremacia biológica da “raça ariana”.

Oliveira Vianna, um dos principais intelectuais brasileiros durante os anos 20 e 30, também chamava a atenção para a necessidade da intervenção do Estado na construção de um povo verdadeira forte e grande, composto por uma “elite de eugênicos”, conforme escrevia no Boletim de Eugenia (VIANNA, 1931: 32). Para que a “raça nacional” pudesse ser transformada nesta tão sonhada “elite”, os eugenistas entendiam que atitudes mais “corajosas” precisariam ser observadas. Octávio Domingues, por exemplo, sugeria que o controle do nascimento, a esterilização obrigatória e a pena de morte contribuiriam para exterminar imediatamente com os “agentes de perturbação da vida social, e conseqüentemente de disseminadores desses desadaptados” (DOMINGUES, 1931: 4). De forma também radical, o eugenista Julio Dantas entendia que do mesmo modo que se isolam os indivíduos perigosos para a sociedade, como os “criminosos” e “delinqüentes”, deveriam ser isolados os indivíduos considerados “perigosos para a raça” (DANTAS, 1930: 5). Esse radicalismo eugênico era muitas vezes justificado em nome da ciência, da raça e da nacionalidade, chamando inclusive a atenção para o sucesso do programa de esterilização norte-americano e para a política de higiene racial alemã, como seguidamente fazia Renato Kehl.

Considerando que o Brasil era visto como uma nação amplamente miscigenada, uma das principais discussões que passaram a mobilizar os eugenistas brasileiros a partir dos anos 1930 dizia respeito à imigração e a formação de sua identidade racial. Para Renato Kehl, o casamento entre indivíduos de “raças opostas” levaria fatalmente a degeneração, e por esse motivo deveriam ser evitados a todo custo. Em sua opinião, já estaria mais do que

“provado que tais casamentos são disgênicos, dando origem a tipos inferiores física, psíquica e moralmente” (KEHL, 1937: 65). Do mesmo modo, o médico Luiz L. Silva, professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santos, questionava se seria razoável o casamento do “branco” com o “preto”? “Não, absolutamente, não, e ainda mais, nem razoável nem decente”, respondia ele por meio das páginas do Boletim de Eugenia. E continuava: “o branco, sempre considerado como a raça superior, é ortognata, tem o ângulo facial apurado e o índice cefálico tão exagerado que, sem a menor dúvida, marca o sensível afastamento das espécies inferiores (...). O negro mora do lado oposto” (SILVA, 1931: 3).

A despeito da aprovação de leis eugênicas pela Constituição Federal de 1934, os efeitos da propaganda eugênica não alcançariam os êxitos desejados por integrantes do movimento eugênico, conforme lamentava o próprio Renato no final dos anos 1930 (KEHL, 1937; 1939). Contudo, a ressonância pública das concepções eugênicas pode ser percebida nas próprias páginas do Boletim de Eugenia. Era freqüente a publicação de correspondências, neste periódico, de famílias que solicitavam conselhos e pareceres aos médicos-eugenistas sobre vários assuntos, principalmente em relação ao aconselhamento matrimonial, a educação sexual e a aplicação ao exame pré-nupcial. Em dezembro de 1931, por exemplo, um pai de família, cujo nome não foi divulgado, teria enviado carta ao Boletim solicitando o parecer dos eugenistas para saber se o casamento da filha seria eugenicamente recomendável. As características do casal eram apresentadas através de um longo relato: a moça “tem 21 anos, de estatura e compleição superior à média, sadia”, cuja família também é saudável; o rapaz “tem 37 anos, compleição média, estatura normal, atitudes nervosas habituais (...), é conhecidamente de gênio nervoso, irrequieto, versátil (...) e nada se sabe sobre o seu estado de saúde”, lembrando em seguida que a mãe do pretendente, bem como suas três irmãs, possuíam problemas de comportamentos psíquico e moral. O relatório e o parecer médico, assinado por Ernani Lopes, Cunha Lopes e Porto Carrero, apresentavam as razões científicas em que se baseava o parecer destes eugenistas. Concluía que “por todos os motivos claramente expostos, em linguagem acessível aos próprios laicos em assuntos de eugenia, hei por bem responder: não é aconselhável um tal casamento” (BOLETIM DE EUGENIA, 1931, 1-3).

Considerações Finais

Muitos foram os aspectos que caracterizaram a eugenia nos anos 1930. A questão racial e as discussões sobre a identidade nacional juntaram-se aos discursos sobre gênero,

higiene, sexualidade, educação eugênica, alcoolismo e doenças venéreas, entre outros, formando uma agenda reformista aceita para boa parte da elite brasileira. Neste sentido, as posições radicais assumidas por um grupo de eugenistas não diziam respeito apenas à meia dúzia de intelectuais, autoridades políticas e representantes de instituições públicas. Mesmo possuindo uma série de ambigüidades e de ser um movimento polissêmico, a eugenia no Brasil se transformou num discurso corrente e amplamente legitimado no meio intelectual, político e social da época (SOUZA, 2006). A exemplo do que ocorreu ao redor do mundo, a eugenia foi abraçada no início do século XX, em suas diferentes variações locais, como uma ciência moderna que apresentava soluções racionais para o aperfeiçoamento racial humano. Como alertou o sociólogo Zigmunt Bauman, os projetos mais extremos de “engenharia social” como a eugenia, por exemplo, não foram produtos alheios à nova ordem racional da civilização; ao contrário, “foram produto legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição que foi por toda parte a mais eminente marca da era moderna” (BAUMAN, 1999: 38).

De outro lado, deve-se ressaltar que a divulgação da eugenia no Brasil parece não ter sido suficiente para que o Estado aplicasse as medidas mais radicais propostas especialmente a partir do final dos anos 1920. Diferentemente do que ocorreu em países como os Estados Unidos, Alemanha e Suécia, a eugenia radical no Brasil parece não ter se realizado tal qual sonhavam setores do movimento eugênico. No final da década de 1930, vários fatores teriam contribuído para que as discussões sobre a eugenia perdessem força no Brasil, principalmente a dubiedade intelectual e política brasileira, que sempre conviveu entre um discurso racista e outro assimilacionista, além do impacto que a política de extermínio nazista começava a exercer no mundo, como já destacamos.

Assim, enquanto um grupo de eugenistas brasileiros manifestava sua admiração à eugenia radical, um outro grupo de intelectuais elaborava manifestos contra o racismo, procurando enfatizar que o problema que amalgamava o homem brasileiro não deveria ser atribuído à “raça” ou à miscigenação, mas sim à desnutrição, o analfabetismo e às doenças que assolavam grande parte da população. Neste período, os trabalhos de Gilberto Freyre vinham obtendo grande audiência ao enfatizar, juntamente com Artur Ramos e Roquette-Pinto, que o “mestiço” brasileiro não era racialmente inferior. Ao contrário, esses autores procuravam destacar que a diversidade racial e cultural existente no Brasil contribuía para aumentar a harmonia e a singularidade da civilização luso-tropical. Deste modo, pode-se dizer que “ideologia” que obteve mais adeptos no Brasil ao final da década de 1930 não foi aquela defendida por Renato Kehl e Oliveira Vianna, mas sim a formulada pelo

pernambucano Gilberto Freyre, autor que havia revolucionado o pensamento social brasileiro com a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, e *Sobrados & Mucambos*, em 1936.

Por último, é importante ressaltar que a eugenia brasileira foi evidentemente um movimento científico e intelectual orientado pelo pensamento social, político e pelas tradições culturais mais amplas. Como lembra a historiadora Nancy Stepan, “as idéias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais, políticas e científicas” (STEPAN, 1991: 33). Desta maneira, além de ter sido um capítulo interessante na moderna história das ciências no Brasil, futuros trabalhos sobre o movimento eugênico podem contribuir ainda para revelar importantes aspectos da vida intelectual e do pensamento social brasileiro, bem como das ideologias raciais, científicas e políticas das primeiras décadas do século XX.

Referências bibliográficas

- BARROSSO, Gustavo. Lições de Eugenia. *A Ordem*. Rio de Janeiro: 4 ago.1929.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BLACK, Edwin. *War Against the Weak: Eugenics and America's Campaign to Create a Master Race*. New York: Four Walls Eight Windows, 2003.
- BOLETIM DE EUGENIA. *Consulta pré-nupcial*. Ano II, nº, 36, pp. 1-3, dez. 1931.
- CARRARA, Sérgio. Estratégias Anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp. 427-453.
- CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. *Revista Episteme*. Porto Alegre: v. 3, n. 5, p. 23-48, 1998.
- COSTA, Jurandir Freyre. *A história da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.
- DANTAS, Julio. A propósito da Eugenia. *Boletim de Eugenia*. Ano II, nº 18, jun. 1930.
- DOMINGUES, Octavio. O Meio Revela.... *Boletim de eugenia*. Ano II, n. 16, abr.1930.
- _____. “Birth Control”, Esterilização e Pena de Morte. *Boletim de Eugenia*. Ano III, n. 30, jun. 1931.
- _____. Limalhas de um Eugenista. *Boletim de Eugenia*. Ano IV, nº 40, Out-dez 1932.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade - vol. I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GOULD, Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HENRY, John. *A Revolução Científica: As origens da ciência moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOCHMAN, Gilberto e LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento danitarista da Primeira República. In: *Raça Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 23-40.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

KEHL, Renato. Eugenia. *Diário de Barbacena*. 9 de out. 1919.

_____. *Eugenia e Medicina Social*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1920.

_____. Civilizando o amor para garantia dos lares e regeneração e defeza da nacionalidade: o exame pre-nupcial e o seu valor eugênico. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 02 mar. 1926.

_____. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929a.

_____. O nosso Boletim. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 1929b.

_____. Diferenças entre Eugenia e Eugenismo. *Boletim de Eugenia*. Ano I, n. 8, ago. 1929c.

_____. Eugenics in Brazil. *Boletim de eugenia*. Ano III, n. 28, abr. 1931a.

_____. A Comissão Central Brasileira de Eugenia. *Boletim de Eugenia*. Ano, III, n. 27, março de 1931b.

_____. Porque se fundou a C.C.B.E.. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, ano III, nº 27, março de 1931c.

_____. *Aparas Eugênicas: Sexo e civilização*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1933.

_____. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ª edição, 1935.

_____. *Por que sou eugenista: 20 anos de campanha eugenica 1917-1937* – Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1937.

_____. *Pais, Médicos e mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1939.

KEVLES, D. J. *In the Name of Eugenics. Genetics and the uses of human heredity*. New York. Knopf, 1985.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

MACIEL, Laurinha Rosa. Eugenia e purificação racial. In: *A loucura encarcerada: um estudo sobre a criação do manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1896-7927)*. Dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 1999.

MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX". In: *Etnicidade na América: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004. pp.15-44.

MOURA, Olegário de. Saneamento-Eugenia-Civilização. In: *Annaes de Eugenia*. Sociedade Eugênica de São Paulo. São Paulo: Editora Revista do Brasil, 1919, pp. 80-92.

PENNA, Belisario. Eugenia e Eugenismo. *Boletim de Eugenia*. Ano I, n. 10, out. 1929.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, IFCH/Unicamp, 1994.

_____. Raça, Imigração e Eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da LBHM. *Estudos Afro-Asiáticos*, (36): 29-55, dez. 1999.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Actas da Sessão de abertura. In: *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, vol. 1, 1929.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHAPIN, Steven. *A Revolução Científica*. Algés – Portugal: Difel, 1999.

SILVA, Luiz L. Cruzamento do Branco com o Preto. *Boletim de Eugenia*. Ano III, nº 30, jun. 1931.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto: a "eugenia negativa" e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação de Mestrado em História das Ciências. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. 2011. 382f. Tese (Doutorado em História). Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

STEPAN, Nancy L.. *The hour of eugenics: race, Gender, and nation in Latin America*. Londres: Cornell University Press, 1991.

AS IDÉIAS EUGÊNICAS NO BRASIL: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras – por Vanderlei Sebastião de Souza

_____. A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

STERN, Alexandra Minna. *Eugenics Nation: Faults and Frontier of Better Breeding in Modern America*. Califórnia: University of California Press, 2005.

TAVARES, R. Alcoolismo infantil no Brasil. *Boletim de Eugenia*. Ano III, n. 29, mai. 1931.

VIANNA, Oliveira. Eugenismo das Elites. *Boletim de Eugenia*. Ano3, n 29, Mai 1931.

WAILOO, Keith. Detecting “Negro Blood”: Black and Identities and the Reconstruction of Sickle Cell Anemia. In: *Drawing Blood: Technology and Disease Identity in Twentieth-Century America*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press. 1997, p. 134-161).

Recebido em: 31/03/2012

Aprovado em: 07/05/2012